



PODER JUDICIÁRIO  
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR  
PRSTM/SEP/AGEST/SPLAM

## ATA DA 2ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2022

Aos vinte e três dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas, realizou-se a segunda Reunião da Análise Estratégica (RAE) de 2022. Presentes o Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Gen Ex Lúcio Mário de Barros Góes; o Secretário-Geral da da Presidência, Cel Antônio Carlos Freitas de Córdova; o Chefe de Gabinete da Presidência, Cel Walter Justus; o Diretor-Geral, José Carlos Nader Motta; a Diretora de Pessoal, Ana Cristina Pimentel Carneiro; o Diretor de Tecnologia da Informação (DITIN), Ianne Carvalho Barros; a Assessora de Gestão Estratégica e Inovação (AGEST), Raissa Fernandes Marinho; a Assessora-Adjunta da AGEST, Ingrid Vellenich; o Chefe da Seção de Planejamento e Monitoramento da Estratégia (SPLAM), José Henrique de Sousa Nascimento. **1) Abertura dos trabalhos:** a reunião foi aberta pela Assessora da AGEST, Raissa Marinho, que apresentou a pauta: situação da Carteira Projetos Estratégicos (CPE), proposta de novos indicadores estratégicos e as metas nacionais e específicas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **2) Explicação acerca da CPE:** dando continuidade, a Assessora apresentou um panorama geral da CPE, mostrando o percentual de execução de cada projeto, bem como a data prevista de conclusão. Seguindo, apresentou o projeto DATAJUD, concluído no último semestre, informando que este contribui para a organização da Base Nacional de Dados do Poder Judiciário e, agora, o CNJ tem acesso direto aos nossos dados, sendo imprescindível o correto preenchimento dos dados processuais pelo STM e Auditorias. Continuando, foi apresentado o projeto do novo Sistema de Recursos Humanos (SRH), os módulos que o compõem, o percentual de execução, os desafios enfrentados e uma proposta para deliberação do Ministro-Presidente: transformar o projeto SRH no Programa de Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Pessoas (SISGEP), de modo que cada módulo torne-se um projeto específico, com gerentes mais próximos da equipe operacional. O objetivo é dar celeridade na execução, acompanhar mais de perto as equipes executoras e diferenciar o que é o atual Sistema de Recursos Humanos em uso no STM, do projeto de criação do novo sistema. O Ministro-Presidente aprovou a proposta apresentada. **3) Indicadores estratégicos:** A Assessora da AGEST apresentou a proposta de criação de três novos indicadores estratégicos. Visando perfeição o planejamento e a execução orçamentária, apresentou-se a proposta de criação de indicadores para medir o percentual de Restos a Pagar Não Processados Cancelados e, um segundo indicador, para medir os Restos a Pagar Processados Cancelados. A fim de monitorar o fortalecimento da gestão da sustentabilidade na JMU, foi proposta a criação do indicador de avaliação da execução do Plano de Logística Sustentável. A criação dos três indicadores foi aprovada pelo Ministro-Presidente. **4) Metas Nacionais do Poder Judiciário e Específicas da JMU:** A Assessora da

AGEST apresentou a Meta Nacional 1, que almeja o julgamento de mais processos que os processos distribuídos, pontuando que no primeiro semestre de 2022, no STM, foram distribuídos 280 processos e julgados 275. Com relação à Meta Nacional 2, que objetiva o julgamento dos processos mais antigos, o STM atingiu o resultado de 98,54%, para uma meta de 99%, restando 4 processos pendentes até 22/08/2022. A 1ª instância apresentou um resultado de 91,78%, sendo a meta de 95%, restando 110 processos pendentes. Para a Meta Nacional 4, a qual busca priorizar o julgamento dos processos mais antigos relativos à corrupção e à improbidade administrativa, o STM obteve resultado de 98,97% no primeiro semestre de 2022, bem próximo da meta de 99%. A 1ª instância alcançou 88,25%, com a meta em 95%. Na sequência, foi apresentada a Meta Nacional 5, que trata da redução da taxa de congestionamento na 1ª instância. Essa taxa em 2020 foi de 56,94% e em 2022 está em 63,12%, resultado que representa 89,41% de cumprimento da meta. Em relação à Meta Nacional 9, que busca estimular a Inovação no Poder Judiciário, foi deliberada a criação de um Laboratório de Inovação no STM até o final do ano, com o apoio do Ministro-Presidente. Quanto a Meta Nacional 10, que visa promover a transformação digital - justiça 4.0, o diretor da DITIN informou a respeito da adoção do E-Proc Nacional, sua integração com o PDPJ e a implementação do sistema Codex no envio e autenticação de informações. Foram apresentadas as metas específicas 01, que retrata a celeridade, com a objetivo de julgar em até 180 dias corridos os processos do Tribunal, e a meta específica 02, voltada a divulgação da JMU, com no mínimo 3 ações no STM e 2 ações por Auditoria em CJM em que não houver foro e 4 quando houver. Finalizando, a assessora da AGETS tratou da reunião preparatória do XVI Encontro Nacional do Poder Judiciário. 5) **Palavras do Ministro-Presidente e encerramento dos trabalhos:** com o uso da palavra, o Ministro-Presidente agradeceu a atuação da AGETS e a objetividade da apresentação, não havendo mais nenhum assunto a ser tratado, agradeceu, ainda, a presença de todos, declarando a reunião encerrada, lavrando-se a presente Ata que será assinada pelos presentes à reunião.



Documento assinado eletronicamente por **RAISSA FERNANDES MARINHO, ACESSORA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E INOVAÇÃO**, em 26/08/2022, às 17:02 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE HENRIQUE DE SOUSA NASCIMENTO, CHEFE DA SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO DA ESTRATÉGIA**, em 30/08/2022, às 20:12 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ CARLOS NADER MOTTA, DIRETOR-GERAL**, em 31/08/2022, às 10:35 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO CARLOS FREITAS DE CORDOVA, SECRETARIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA**, em 31/08/2022, às 15:10 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANA CRISTINA PIMENTEL CARNEIRO, DIRETORA DE PESSOAL**, em 31/08/2022, às 15:16 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **INGRID VELLENICH, ASSESSORA ADJUNTA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E INOVAÇÃO**, em 31/08/2022, às 15:18 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **WALTER JUSTUS, CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA**, em 31/08/2022, às 15:47 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **LÚCIO MÁRIO DE BARROS GÓES, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**, em 31/08/2022, às 17:19 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **IANNE CARVALHO BARROS, DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**, em 31/08/2022, às 17:40 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.stm.jus.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2784526** e o código CRC **613D64D2**.

---

2784526v23